



Mudança das varas termina na próxima semana



Das 15 varas federais da capital, 13 já atendem na nova sede da Justiça Federal, Av. Beira-Mar, Monte Belo, Vitória. Faltam apenas as 3ª e 4ª Varas Federais de Execução Fiscal, que começam a funcionar no novo endereço nos dias 24 (terça) e 26 (quinta), respectivamente.

Acompanhe no www.jfes.jus.br o cronograma previsto para a mudança e a portaria que suspende prazos processuais em função das mudanças para a nova sede.

Para mais informações, ligue: (27) 3183-5000 ou envie e-mail para contato@jfes.jus.br.

Turma Recursal realiza primeira sessão na nova sede

Aconteceu terça-feira, 17, a primeira sessão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Espírito Santo (TR/ES) na nova sede da Justiça Federal capixaba, em Monte Belo.

Os juízes federais que compõem a TR/ES apreciaram em torno de 140 processos criminais, previdenciários, de servidor público, dentre outros temas. A sala de sessões da Turma Recursal fica no quarto andar da nova sede. As sessões são abertas ao público e geralmente são realizadas às terças-feiras, à tarde.

Composição da TR/ES:

- Rogério Moreira Alves (presidente)
- Osair Victor de Oliveira Junior
- Américo Bedê Freire Junior
- Bruno Dutra
- Alceu Maurício Junior



Solenidade marca inauguração do novo PAB da Caixa na JFES

Magistrados e servidores da Justiça Federal prestigiaram nesta quarta-feira, 18, a solenidade de inauguração das novas instalações do Posto de Atendimento Bancário (PAB) da Caixa na nova sede da JFES, em Monte Belo, Vitória.

O evento, realizado a partir das 18 horas, no térreo do edifício, foi aberto pelo gerente geral do posto bancário, José Antonio Borges Alvarenga, que declarou sua felicidade ao realizar o antigo sonho de retornar ao PAB/JF, onde já havia trabalhado de 1999 a 2003.

O pronunciamento final ficou por conta do juiz federal Fernando Mattos, que destacou que a inauguração da nova sede da JF foi “um sonho que se sonhou por 10 anos” e que a instalação do PAB nesse local é mais uma grande alegria para a Seccional. “Nosso objetivo é facilitar a vida dos servidores e dos usuários da Justiça”, enfatizou.



Expediente normal segunda-feira (23), exceto em Colatina

A Justiça Federal do Espírito Santo funcionará normalmente na próxima segunda-feira, 23 de maio, exceto a Subseção Judiciária de Colatina (Portaria nº ES-POR-2011/00081 de 12/05/2011), por estar localizada no prédio da Justiça Estadual, que não abrirá naquela data.

CJF, CNJ, TRFs e Emgea assinam acordo para viabilizar perícias em mutirões do SFH

No final de março deste ano, as corregedorias do CNJ e do CJF, os presidentes dos cinco tribunais regionais federais, a Empresa Gestora de Ativos (Emgea) e a Caixa Econômica Federal (CEF) formalizaram acordo de cooperação que deu início a um mutirão nacional de julgamentos de processos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) relativos a contratos firmados há mais de 16 anos (antes de 1995). Nesta segunda-feira (16), novo acordo foi firmado entre esses órgãos, com o objetivo de viabilizar o pagamento de perícias contábeis em relação aos mutuários hipossuficientes (sem condições financeiras de arcar com esses custos).

Pelos termos do acordo, a Emgea irá arcar com as despesas decorrentes das perícias contábeis. Segundo dados da Emgea, dos 74 mil contratos que ainda estão pendentes de solução, cerca de 20 serão encaminhados para conciliação, apenas no ano de 2011. Os demais contratos estão sendo estudados e muitos poderão também ser indicados para audiências de conciliação. A perícia contábil é necessária, na maior parte dos casos, ao julgamento dessas ações e pode, ainda, auxiliar no processo de conciliação.

Em relação aos contratos em que não será possível a conciliação, os processos serão julgados prioritaria-

mente. Os honorários dos peritos serão fixados pelo juiz da causa, com base na Resolução n. 558 do Conselho da Justiça Federal (CJF), que disciplina o pagamento de honorários a advogados dativos e peritos nos casos de assistência judiciária gratuita.

Pela Resolução, os honorários dos peritos da área de Engenharia foram fixados em R\$ 140,88, o valor mínimo, e R\$ 352,20, o valor máximo. O juiz da causa, contudo, poderá ultrapassar em até três vezes o limite máximo, atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade do exame e ao local de sua realização.

Assinaram o acordo de cooperação a corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon; o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Francisco Falcão; e os presidentes dos cinco tribunais regionais federais, respectivamente desembargadores Olindo Menezes (TRF1), Maria Helena Cisne Cid (TRF2), Roberto Haddad (TRF3), Wilson Darós (TRF4) e Paulo Roberto de Oliveira Lima (TRF5), o presidente da Emgea, Josemir Manguiera Assis. O acordo foi assinado na sala da Presidência do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília. Assessoria de Comunicação Social do CJF

Via Legal discute perigos da internet e direitos do consumidor

Nos últimos anos, os apagões deixaram milhares de brasileiros no escuro, causando transtornos e prejuízos. Um desses casos aconteceu em 2003 em Florianópolis. Na época, alguns moradores ficaram até três dias sem energia elétrica em casa. Um desrespeito que levou parte das vítimas a procurar a Justiça. O Via Legal de hoje repercute a decisão dos tribunais que condenou a companhia a indenizar os moradores. A empresa, no entanto, recorreu da punição e ainda tenta provar que o apagão não foi provocado por negligência. A reportagem é de Analice Bolzan.

O programa também fala de direitos do consumidor. Erica Resende mostra que em São Paulo as dificuldades de acesso enfrentadas por quem contrata internet banda larga são reclamações constantes. Para a Justiça, o problema está na propaganda feita por algumas empresas que vendem a conexão de alta velocidade, mas nem sempre conseguem fornecer o serviço.

A pedofilia é hoje uma das maiores ameaças da internet. O crime, muitas vezes praticado no espaço virtual, ainda desafia autoridades e tira o sono de pais que nem sempre conseguem controlar todos os passos dos filhos quando estão no computador. Viviane Rosa acompanhou um seminário que discutiu no Rio de Janeiro as alternativas para enfrentar o problema.

Ainda sobre os crimes cometidos no espaço virtual, o Via Legal reapresenta o caso de uma estudante de Direito, em São Paulo. Ela foi denunciada e hoje responde a processo por ter feito comentários preconceituosos contra nordestinos. Juliano Domingues ouviu especialistas que orientam sobre o uso correto das redes sociais.

O Via Legal é exibido na TV Justiça e mais de 25 emissoras regionais. Confira os horários de exibição e assista também pela internet. www.vialegal.cjf.jus.br ou www.programavialelegal.blogspot.com

Assessoria de Comunicação Social do CJF

Horários de Exibição:

TV JUSTIÇA

21 de maio – sábado 18h30

23 de maio – segunda-feira 21h30

TV BRASIL

(Brasília – canal 02)

22 de maio – domingo 6h

